

IMPLICAÇÕES NO AVANÇO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SOB INFLUÊNCIA DO NEOLIBERALISMO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Lucas Vitor Baumgärtner¹

Eliane Gatto²

Ana Claudia Delfini³

Recebido em: 31 out. 2023

Aceito em: 14 nov. 2023

RESUMO: Este estudo teve como objetivo geral compreender as implicações no avanço das políticas públicas de educação sob influência do neoliberalismo. Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa com abordagem qualitativa, de natureza básica, com objetivo exploratório por meio de uma pesquisa bibliográfica. Para tal, realizou-se uma revisão bibliográfica (de seleção intencional) de seis trabalhos que tratam da influência neoliberal nas políticas públicas de educação e quais implicações educacionais esta desenvolve. Os achados mostram que os agentes não-estatais estão ganhando cada vez mais espaço na educação básica pública. Esses agentes fornecem todo tipo de serviço/ material para o sistema público. O intuito da ótica privada é o lucro, a manutenção do mercado de consumo e a manutenção do excelência sobre a marca e, com isso, salientamos o forte papel do estado na mediação e fiscalização deste processo. A não política de investimento em educação é a política de privatização da educação pública.

Palavras-chave: Políticas Educacionais. Políticas Públicas em Educação. Agentes não-estatais. Implicações. Neoliberalismo.

IMPLICATIONS ON THE ADVANCEMENT OF PUBLIC EDUCATION POLICIES UNDER THE INFLUENCE OF NEOLIBERALISM: A BIBLIOGRAPHICAL REVIEW

ABSTRACT: This study had the general objective of understanding the implications for the advancement of public education policies under the influence of neoliberalism. To this end, research was developed with a qualitative approach, of a basic nature, with an exploratory objective through bibliographical research. To this end, a bibliographical review (intentional selection) was carried out of six works that deal with the neoliberal influence on public education policies and the educational implications they develop. The results show that non-state agents are gaining more and more space in public basic education. These agents provide all types of services/materials to the public system. The intention from a private perspective is profit, the maintenance of the consumer market and the maintenance of excellence regarding the brand and, with this, we highlight the strong role of the state in mediating and supervising this process. The non-policy of investment in education is the policy of privatizing public education.

Keywords: Educational Policies. Public Policies in Education. Non-State Actors. implications. Neoliberalism.

¹ Doutorando em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí. UNIVALI. <https://orcid.org/0000-0001-9888-530X>. lucasvbaumgartner@gmail.com.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina. UNIVALI. <https://orcid.org/0000-0002-7154-9020>. anaclaudia.univali@gmail.com.

³ Doutoranda em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí. UNIVALI. <https://orcid.org/0009-0004-9878-150X>. gattoeliane@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A política é o meio de gestão e coordenação de uma determinada sociedade. Ela é um campo amplo e complexo que envolve a tomada de decisões e ações destinadas a governar uma sociedade, definindo diretrizes e regras que afetam a vida das pessoas. Ela abrange a distribuição de poder, recursos e responsabilidades dentro de uma comunidade, seja em nível local, nacional ou internacional. Ainda, seu foco principal é subjetivo e seria de criar estratégias para o bom funcionamento de determinada população. Controle das contas públicas, resolubilidade de problemas sociais e apoio a projetos de educação, saúde, cultura, transporte, segurança, assistência social, ambiental, entre outros setores da vida pública são pontos importantes de gerência.

Para a política acontecer, existe um ser político, este é representado, no Brasil, como uma democracia representativa. Ou seja, através dos votos populares elegemos um candidato para a representação da população nas esferas citadas acima de gestão e coordenação de ações da sociedade. Em tese, o intuito do trabalho destes sujeitos é de sempre ter índole, ética e moral para com o seu trabalho, haja visto, que têm a responsabilidade sobre a vida de milhões de pessoas no que tange a economia, alimentação, transporte, saúde e educação, direitos básicos e comuns a vida humana.

As políticas públicas, são ações desempenhadas pelos políticos com o fim de responder a determinados problemas da sociedade. Teoricamente, os sujeitos são neutros e pensam sempre em prol do bem da sociedade, o bem comum. Sendo assim, denominamos política pública como “[...] um conjunto de ações que um governo realiza para modificar a prática (para melhor ou para pior)” (SOUZA, 2006, p. 24).

Existem alguns tipos de classificação das políticas públicas, a saber: Distributivas - Privilegiam grupos; Regulatórias - Burocracia; Redistributivas - Sistema tributário/ previdenciário; Constitutivas - Tomada de ações. Para cada problema encontrado na sociedade, os políticos podem elaborar projetos de lei voltados a um dos tipos de políticas descritas, visando soluções para o campo prático da vida humana. Os modelos de políticas são as seguintes: Incrementalismo; Ciclo de Políticas; Garbage Can; Coalização de defesa; Arenas sociais; Equilíbrio interrompido; Novo gerencialismo público (SOUZA, 2006).

O viés neoinstitucionalista é uma abordagem teórica na ciência política que enfatiza a importância das instituições políticas e sociais na formação, implementação

e resultados das políticas públicas. No contexto neoinstitucionalista, as políticas públicas são entendidas como o resultado das interações complexas entre atores políticos, estruturas institucionais e contextos sociais. Essa abordagem destaca como as instituições moldam os incentivos, as regras do jogo e os processos de tomada de decisão que influenciam a formulação e a implementação de políticas (HALL e TAYLOR, 2003).

Sob a perspectiva neoinstitucionalista, as políticas públicas não são simplesmente resultado de escolhas racionais feitas por indivíduos ou grupos, mas são influenciadas pelas normas, regras formais e informais, e pelas estruturas de poder que caracterizam a sociedade e o sistema político. Isso inclui não apenas as instituições governamentais, como também organizações não governamentais, grupos de interesse, relações sociais e econômicas, e até mesmo as trajetórias históricas (HALL e TAYLOR, 2003).

A abordagem neoinstitucionalista tende a analisar como as políticas públicas são moldadas pela interação entre diferentes atores políticos, como legisladores, burocratas, grupos de pressão e cidadãos. Além disso, ela enfoca como as instituições estabelecem as regras do processo político e influenciam as escolhas e as decisões dos atores envolvidos (HALL e TAYLOR, 2003).

O surgimento dos estudos sobre política pública deu-se no Pós-Guerra Fria como forma de enfrentar as consequências do conflito. Para efetivação da Política é necessário explicar as inter-relações entre: Estado, Política, Economia e Sociedade (SOUZA, 2006). Em outras palavras, para elaboração de uma política pública devemos comprovar o problema identificado na sociedade, a descrição do que pretende fazer, o setor financeiro ou econômico sobre a política pública e o benefício para a sociedade.

A partir destas considerações, justificamos este trabalho no campo pessoal, pois buscamos conscientizar e conseqüentemente refletir sobre a distribuição dos valores financeiros nos setores da gestão política, em especial na educação. Pensando em um avanço do país, gostaríamos que os problemas (fraudes, corrupção, persuasão etc.) por trás de toda política pública diminuíssem e se tornassem mais transparentes e claras para a população. Profissionalmente, na área da educação, precisamos ser mais críticos com a elaboração de políticas públicas. Para um crescimento positivo de uma sociedade, os gastos e incentivos com educação precisam ser priorizados. Criticar políticas de “laranjas” (quem escolhe e quem ganha)

nesta área, minimizando desvios de dinheiro e ampliação da oferta, acesso e permanência da população nas instituições de ensino são outras possibilidades. Academicamente falando, é possível, através de pesquisas como estas, elucidar os cidadãos para com a máquina pública em que nos deparamos nos setores da sociedade.

Para tal, tomamos como problema de pesquisa a seguinte pergunta: Quais as implicações no avanço das políticas públicas de educação sob influência do neoliberalismo. Para tanto, buscamos a partir do objetivo geral: Compreender as implicações no avanço das políticas públicas de educação sob influência do neoliberalismo.

Sendo assim, desenvolvemos uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza básica, com o objetivo exploratório por meio do procedimento bibliográfico. Analisamos seis textos (ver tabela 1) para elaboração desta revisão bibliográfica sobre política pública em educação.

METODOLOGIA

Para a elaboração desta pesquisa, seguimos alguns passos metodológicos que serão descritos a seguir, são eles: quanto a classificação da pesquisa, procedimentos, instrumentos de geração de dados e teoria de análise.

Classificamos esta pesquisa em sua abordagem como qualitativa, segundo Minayo (2001, p. 21), é a abordagem que “[...] responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado”. Neste caso as questões particulares de compreensão das implicações sofridas pelas escolas públicas sobre a esfera neoliberal.

Quanto à natureza da pesquisa, consideramos básica, porque tem como objetivo produzir um conhecimento que seja utilizável para a ciência sem ter o compromisso de aplicação prática. O intuito deste trabalho não é de aplicar algum projeto na prática, entretanto, visamos elucidar o impacto das políticas econômicas neoliberais que afetam diretamente as políticas educacionais e, como desdobramento, escola pública, possibilitando um amadurecimento teórico para a visão neoliberal na educação.

O objetivo desta pesquisa foi exploratório, pois visa “[...] esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou

hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 2008, p. 27). Sendo assim, as pesquisas exploratórias desenvolvem uma visão panorâmica acerca de determinado fato (GIL, 2008).

Por fim, utilizamos o procedimento bibliográfico para geração de dados desta pesquisa. Conceituamos procedimento bibliográfico como um “material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.” (GIL, 2008, p. 50). Para confiabilizar ainda mais esta pesquisa, Gil (2008, p. 50) afirma que os estudos exploratórios, na sua grande maioria “[...] podem ser definidos como pesquisas bibliográficas [...]”.

O instrumento de pesquisa foi o roteiro de leitura, ou como denomina Gil (2008) Confecção de fichas, estes “são elementos importantes obtidos a partir do material que devem ser anotados, pois eles constituem a matéria-prima do trabalho de pesquisa” (p. 75). Gil (2008) ainda separa as fichas em duas, as bibliográficas e a de apontamento. Respectivamente, a primeira “é utilizada para anotar as referências bibliográficas, bem como para apresentar um sumário e a apreciação crítica de uma obra. A segunda, para anotar as ideias obtidas a partir da leitura de determinado texto” (GIL, 2008, p. 75).

Utilizando-se do primeiro tipo de ficha, a bibliográfica, selecionamos intencionalmente os seguintes trabalhos por se relacionarem ao tema de políticas públicas de educação sobre influência do neoliberalismo, desse modo, apresentamos os trabalhos na tabela 1, que traz um conjunto de trabalhos que ajudam a entender aquilo que nosso objeto de pesquisa quer avaliar, ou seja, o impacto de políticas econômicas neoliberais na esfera educacional.

Tabela 1 - Revisão bibliográfica

Título	Autor	Tipo de trabalho	Ano
Políticas Públicas: uma revisão da literatura	SOUZA, Celina	Artigo	2006
Globalización, mercantilización y privatización: tendencias internacionales en Educación y Política Educativa	BALL, Stephen	Artigo	2014
Laboring to Relate: Neoliberalism, Embodied Policy, and Network Dynamics	BALL, Stephen	Artigo	2017
Múltiplas formas de materialização	PERONI, Vera Maria Vidal	Artigo	2018

do privado na Educação Básica Pública no Brasil: sujeitos e conteúdo da proposta			
O financiamento e a gestão da EB: a relação entre o público e privado	SANTOS, Marina Silveira Bonacazata; MOREIRA, Jani Alves da Silva	Artigo	2018
Non-state actors in education: Who chooses? Who loses?	UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.	Relatório Global	2021

Fonte: dos autores (2023).

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O segundo tipo de ficha de análise dos textos é o apontamento. Sendo assim, neste capítulo iremos descrever, a partir da bibliografia (ver tabela 1), indicadores/marcadores que possibilitem ao leitor a compreensão da influência neoliberal nas políticas públicas de educação e quais implicações esta desenvolve. Vale ressaltar que: quando falamos de escola pública estamos falando de educação pública, seja ela creche municipal, escola de educação básica estadual, institutos de ensino médio ou técnico profissionalizantes e universidades federais, estaduais ou municipais; ao descrever sobre privado e particular estamos falando sempre da ótica neoliberal.

Inicialmente, apontamos que as formas de influência do sistema privado na educação pública vêm crescendo exponencialmente nos últimos anos. O discurso que a escola pública é ruim, as pesquisas, índices e gráficos mostraram que a qualidade da educação pública diminuiu, isto faz com que o mercado privado que influencia a educação ganhe relevância. Sendo assim, influências neoliberais fizeram com que as ditas cujas "parcerias público-privado" ganhassem força a partir da terceira via (PERONI, 2018).

A crença na ineficiência estatal é frequentemente utilizada como justificativa para defender a entrada do setor privado na gestão e operação das escolas. Essa visão sustenta que a participação do setor privado na educação pode melhorar a qualidade do ensino, aumentar a eficiência e promover inovações, onde supostamente o setor público falha. No entanto, é importante analisar essa perspectiva de forma crítica e considerar os diferentes aspectos envolvidos.

Um dos argumentos frequentemente apresentados é que as instituições

governamentais tendem a ser burocráticas e lentas na tomada de decisões. Alega-se que, ao permitir a entrada do setor privado, a concorrência e a pressão por resultados podem estimular uma abordagem mais eficiente e dinâmica na gestão das escolas. É o que Ball e Youdell (2008) chamam de privatização endógena. É trazer as ideias e práticas do privado para o setor público, deixando-o mais parecido com as empresas. A eficiência do setor privado muitas vezes está relacionada à sua capacidade de selecionar seus usuários e direcionar seus recursos para áreas mais lucrativas. Nesse sentido, há o risco de exclusão de alunos menos favorecidos socioeconomicamente e a concentração de esforços em regiões mais prósperas, agravando desigualdades educacionais. Conforme Peroni (2018, p. 233), “o estado continua o responsável pelo acesso” e tem a responsabilidade de garantir esse acesso universal à educação e atender a todos os estudantes, independentemente de sua condição socioeconômica. Outra preocupação diz respeito à qualidade do ensino. Embora algumas escolas privadas apresentem bons resultados acadêmicos, isso não é uma regra geral. Seguindo a fala de Peroni (2018, p. 233) “o conteúdo pedagógico e de gestão da escola é cada vez mais determinado por instituições que introduzem a lógica mercantil” se utilizando do pressuposto de entregar uma melhor qualidade no serviço prestado. Existem muitos exemplos de instituições privadas com baixo desempenho, assim como existem escolas públicas que alcançam excelentes resultados. A qualidade educacional depende de vários fatores, como a formação e dedicação dos professores, a estrutura pedagógica, o ambiente escolar e o apoio da comunidade. Acreditar que a simples transferência para o setor privado automaticamente garantirá uma educação de melhor qualidade é simplista e pode ignorar os desafios mais profundos que afetam o sistema educacional como um todo.

Além disso, é importante lembrar que o setor privado não está imune a problemas de má gestão, corrupção e interesses comerciais. Empresas educacionais têm objetivos financeiros, o que pode levar a práticas questionáveis, como a priorização de lucros em detrimento da qualidade educacional. A falta de regulação adequada pode resultar em abusos, especialmente quando os sistemas educacionais são privatizados sem salvaguardas adequadas.

Em vez de simplesmente atribuir a ineficiência ao setor público e acreditar que o setor privado é a solução mágica, é necessário um debate mais amplo sobre como melhorar a educação e efetivar investimentos. Em muitos casos, a colaboração entre o setor público e privado pode ser benéfica, aproveitando o que cada um tem de

melhor. Políticas educacionais baseadas em evidências, investimentos adequados em formação de professores, estruturação curricular e suporte aos estudantes são elementos-chave para a melhoria da educação, independentemente do setor de gestão.

Essas parcerias buscam a universalização da Educação Básica e Superior, fomentando as instituições de ensino privado a ofertarem cursos, haja visto que o público não tem estrutura para receber todas as demandas. O público envia dinheiro às instituições privadas para desenvolverem os cursos. São alguns dos exemplos: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego; Programa Brasil Alfabetizado; Programa Jovem Aprendiz; Creches e escolas privadas; Instituições de Ensino Superior (SANTOS; MOREIRA, 2018). As instituições que recebem o dinheiro e ofertam essas modalidades de ensino enriquecem (mas isso não é um problema). O problema está na relação com que se faz essas parcerias. O discurso do político é que assim agindo o setor público poupa dinheiro com estruturas física, professorado, gestão, manutenção entre outros bens a serem financiados. Pagando para entidades que fomentam esses cursos o estado não tem controle sobre o que é lecionado e muito menos sobre a qualidade do ensino, que muitas vezes, é legislado por uma ótica de mercado, neoliberal. Não há problema com a possibilidade de o privado fornecer a educação, o problema é o estado não assegurar programas de monitoramento deste serviço.

Outro ponto bem importante é a relação com que as instituições de ensino privado conseguem essas parcerias público-privadas. As pesquisas que são financiadas por institutos, instituições de ensino superior, instituições escolares privadas sempre passarão somente os resultados positivos, pois precisam vender, receber dinheiro, assim, mascarando os dados ruins. Então há aqui um dilema a ser levado em conta pelos políticos nos momentos de leitura de resultados e escolha de parcerias.

Apesar de haver lado "bom" nessa história, o ruim é que além das ideias políticas que serão explícitas nas novas políticas educacionais, há de se pensar sobre a lógica de lucratividade dessas empresas, tratando a educação como um produto.

Entender a educação como um produto é abordar a educação sob uma perspectiva mercadológica, em que ela é tratada como uma mercadoria a ser comercializada e consumida. Nessa abordagem, a educação é vista como um serviço prestado por instituições educacionais, com o objetivo de atender às demandas dos

consumidores e alcançar resultados específicos

Nesse contexto, conforme afirma Peroni (2018, p. 214) “a mercantilização da educação pública não é uma abstração, mas ocorre via sujeitos e processos”. A demanda por educação é vista como um fator determinante para a oferta. As instituições educacionais buscam entender as necessidades e preferências dos consumidores (alunos e seus responsáveis) para adaptar seus programas e serviços de acordo com essas demandas.

Nessa visão, a educação é moldada de acordo com as demandas do mercado de trabalho e as necessidades dos empregadores. O objetivo é fornecer aos alunos habilidades e competências que os tornem mais atrativos e competitivos no mercado de trabalho.

Embora essa perspectiva possa trazer alguns benefícios, como o foco na qualidade e na satisfação dos alunos, é importante ter cuidado ao aplicar completamente a lógica do mercado à educação. A educação também possui dimensões sociais, culturais e humanísticas que não podem ser reduzidas a uma simples transação comercial.

A educação é um direito fundamental e um bem público, com o objetivo de promover o desenvolvimento integral dos indivíduos e contribuir para o bem-estar social. Neste sentido Peroni (2018, p.216) destaca a importância de “tornar o Estado mais público, democrático e garantidor de direitos” para equilibrar a abordagem mercadológica com uma visão mais ampla e inclusiva da educação, considerando aspectos como igualdade de acesso, formação de cidadãos críticos e engajados, e a valorização do conhecimento em si, independentemente de seu valor de mercado. Consideramos que privatizar a educação ou realizar “parcerias” público-privadas não garante necessariamente melhorias na educação e que podem afastar a possibilidade da escola pública de organizar a partir do interesse público, conforme aponta Fadul (1997). Fomentar parceria público-privada auxilia o estado na universalização dos setores da educação. Modelos de educação (pré-moldados) não são interessantes, pois, não respeitam a diversidade de cada região/ instituição de ensino, por transformar a educação em uma mercadoria, segundo a perspectiva de Motta e Andrade (2020). Nesse modelo, a formação do aluno tem como foco a disciplina corporal e a padronização dos comportamentos para o trabalho, o que desconstrói a ideia da diversidade cultural. Sobre isso, explicam:

A subsunção do trabalho ao capital abarca a racionalização da produção e a especialização da força de trabalho, para os quais a adaptação física, cognitiva e psíquica dos trabalhadores é imperiosa. O processo educativo está intimamente vinculado a essa adaptação. Subjugado ao capital, além de fornecer pessoal devidamente treinado à maquinaria, torna-se mais um dos meios de disseminação da ideologia² burguesa, induzindo tanto a perpetuação da exploração do trabalho como mercadoria quanto sua aceitação passiva. Em suma, serve à acumulação capitalista como meio de potencialização da produção de mais-valor e de apassivamento, logrando êxito em fazer com que a classe trabalhadora comungue de sua ideologia (MOTTA e ANDRADE, 2020, p. 23).

No Brasil e em vários países do mundo, a gestão e/ou propriedade de serviços educacionais e sua infraestrutura está nas mãos de fundos de investimento privado e de sociedades gestoras estrangeiras (BALL, 2014). Na visão das empresas privadas fornecedoras de serviços ou produtos em educação a venda ou leasing da educação, refere-se a "falta de vontade política" por parte dos gestores públicos. Ou talvez o "corpo mole" desenvolvido pelos políticos não seja uma política subjetiva para que essas empresas ganhem espaço na educação pública. A visão como pesquisador e autor deste trabalho, é que as empresas privadas querem ganho de capital/lucratividade, em detrimento do interesse público Fadul (1997). Na ótica dos gestores públicos essa parceria público-privada pode melhorar a qualidade da educação. Pensando como os gestores públicos, estamos reforçando a ideia de que a educação pública é ruim. E agindo dessa maneira potencializamos a privatização da educação pública.

A competitividade nacional torna-se uma das preocupações centrais das estratégias de governança no mundo. Desse modo, o Estado também atua como um "agente de marketing", transformando a educação em uma mercadoria que pode ser comprada e vendida por meio de um contrato (BALL, 2017). Como já salientado aqui, não tem problema de o privado fornecer a educação, o problema é o estado não aparecer em uma forma diferente como um estado de competição, que facilita, contrata, estabelece metas e monitora, que cria e regula os mercados (BALL, 2017).

Mas afinal, o que é vendido ou fornecido pelas instituições educacionais privadas? Vendem "políticas", vendem "reformas" e vendem "estratégias" de melhoria da escola em forma enlatada, ou seja, como pacotes de ideias pré-fabricadas. Em troca de algumas "condicionalidades" subscritas nos contratos (BALL, 2017).

Outro ponto, quem são as empresas privadas interessadas na educação? Podemos dizer que são atores sociologicamente complexos, localizados em campos

organizacionais e políticos (mutáveis), cujas identidades e trajetórias profissionais estão frequentemente ligadas às posições políticas e soluções que eles adotam. Uma das hipóteses é que são pessoas especializadas que podem incluir atores “médios”, bem como as instituições hegemônicas e atores e organizações não governamentais e movimentos sociais transnacionais, que aparecem na maioria dos relatos existentes” para influenciarem os 'negócios' neoliberais na educação do país (BALL, 2017).

Esses sujeitos que trazem a influência neoliberal para as políticas educacionais são indivíduos podem mudar de chapéu (descaracterizar-se); usam abordagens, dependendo de sua vantagem comparativa, ou todas elas em alguma combinação; os membros da rede (instituições privadas) reforçam mutuamente suas mensagens fazendo referências cruzadas uns aos outros, exacerbando a polarização (é 8 ou oitenta). O curioso é que todas essas empresas usam o discurso da “capacidade limitada do governo” para lidar com a educação. Fazem afirmações alinhadas em prol de manter o mercado da educação aquecido e forte (UNESCO, 2021).

Um exemplo de um descaso com a educação, foi quando a Confederação Nacional de Instituições de Ensino do Brasil, que representa as escolas privadas, contestou as obrigações sob a lei da deficiência sobre a inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular (UNESCO, 2021). Refletindo, acredito que foi para baixar os gatos com o aluno deficiente (dá muito trabalho), pois, para esse aluno é imprescindível a contratação de um professor pessoal para o seu cuidado. O tribunal julgou improcedente a ação alegando que os provedores não estatais (privados) são obrigados a compartilhar a responsabilidade pela construção de uma sociedade inclusiva (UNESCO, 2021). Resumindo, voltamos à mesma hipótese, o envolvimento privado na educação, que, se não for controlado/ mediado/ fiscalizado, pode prejudicar gravemente o direito à educação. Nesse contexto, notamos que, quando as projeções otimistas dos agentes não estatais não são cumpridas, a responsabilidade é implicitamente colocada nos governos como forma de manter pressão indireta sobre eles para aumentar as compras (UNESCO, 2021).

Embora acreditemos que as empresas privadas apenas querem fornecer ensino e serviços, muitas vezes, em alguns contextos eles se tornam de fato formuladores de políticas (UNESCO, 2021). Formulando as políticas públicas em educação ou tendo influência sobre a sua criação impregna alguns benefícios para o negócio não estatal, novamente, a educação sendo tratada como commodity.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se através deste trabalho que possamos valorizar a escola pública, compreender os fenômenos por trás de todo “investimento” em educação e abrir nossos olhos para os negócios neoliberais na educação. A educação pública é boa! A educação pública é de qualidade sim! E a escola pública corre perigo! A descrença na educação pública pode ter efeitos negativos significativos em várias áreas. Vamos destacar alguns deles: - desinvestimento: Quando se acredita que a educação pública é ineficiente, pode ocorrer uma diminuição do investimento de recursos financeiros por parte do governo. Isso pode levar à falta de recursos adequados para infraestrutura, materiais didáticos, salários dos professores e programas educacionais. Como resultado, a qualidade da educação pode ser comprometida, afetando negativamente o aprendizado dos estudantes; - desvalorização dos professores: A falta de confiança na educação pública pode levar à desvalorização dos professores e profissionais da área. Salários baixos, falta de reconhecimento e más condições de trabalho podem desmotivar os educadores e afetar sua qualidade de ensino. Isso, por sua vez, prejudica a formação dos estudantes e a qualidade geral da educação; - agravamento das desigualdades: A descrença na educação pública pode levar a um aumento das desigualdades sociais. Se acreditamos que a escola pública é ineficiente, há uma tendência de que as famílias com recursos financeiros optem por matricular seus filhos em instituições privadas. Isso resulta na segregação socioeconômica, onde os estudantes menos privilegiados são deixados em escolas públicas com menos recursos, perpetuando a desigualdade de oportunidades educacionais; - perda do sentido de bem comum: A educação pública desempenha um papel fundamental na formação de cidadãos engajados e na construção de uma sociedade coesa. A descrença na educação pública pode minar o senso de bem comum, enfraquecendo a solidariedade social e a responsabilidade coletiva pela educação de todos os indivíduos.

Por outro lado, a educação pública é extremamente importante e traz diversos benefícios para a sociedade: - acesso universal: A educação pública tem o compromisso de fornecer acesso universal à educação, independentemente da origem socioeconômica, raça, religião ou capacidades individuais. Isso garante que todos os cidadãos tenham a oportunidade de desenvolver seu potencial e contribuir para o progresso da sociedade; - formação de cidadãos: A educação pública

desempenha um papel fundamental na formação de cidadãos conscientes, críticos e participativos. Ela promove a educação cívica, a diversidade, a inclusão e o respeito aos direitos humanos, contribuindo para uma sociedade mais justa e democrática; - promoção da igualdade de oportunidades: A educação pública tem o potencial de reduzir as desigualdades sociais, proporcionando oportunidades iguais para todos os estudantes, independentemente de suas circunstâncias individuais. Ela pode fornecer suporte adicional aos alunos com necessidades especiais e promover a inclusão de grupos marginalizados; - responsabilidade e transparência: A educação pública é baseada em princípios de responsabilidade e transparência governamental. Os sistemas educacionais públicos são regulados e fiscalizados para garantir a qualidade, a equidade e a eficiência do ensino.

A educação pública desempenha um papel essencial na sociedade ao garantir acesso universal à educação, formar cidadãos e promover a igualdade de oportunidades. Embora existam desafios a serem enfrentados, é importante valorizar e fortalecer a educação pública como um pilar fundamental do desenvolvimento social e individual.

Este trabalho tentou trazer reflexões acerca das implicações no avanço das políticas públicas de educação sob influência do neoliberalismo. Descobrimos que a educação está sendo tratada como um commodity com ótica de mercado. Sabemos que os frutos da educação não são produtos, portanto, na educação não podemos ser linha de produção! A educação precisa ser condicionada a fatores não produtivos.

Percebemos que os negócios em educação estão gerando inúmeros lucros para empresas de laranjas. Digo laranjas porque, em sua maioria, os fornecedores de produtos e serviços para o setor público são parentes, conhecidos ou de intimidade próxima dos políticos. Os políticos, como descrito na introdução, são os representantes eleitos do povo e, estes estão se deixando levar pela influência de poderosos (os ricos).

A ótica do capital ultrapassa qualquer qualidade de ensino. A visão do capital é de vender a maior quantidade pelo menor preço. Entretanto, não podemos seguir essa lógica na escola pública. Quando alguém (em campanha política) recebe algum tipo de auxílio financeiro ou outrem, este, está com o “rabo” preso com o sujeito fornecedor. Essa ajudinha na candidatura poderá ser retribuída em forma de uma legislação, um aval ambiental, uma liberação de obra em local inapropriado e assim

por diante.

Em reflexões, percebemos que os gestores públicos da educação preferem gastar dinheiro público com instituições privadas e não em investimento no próprio sistema de educação. Há falta de investimento em Educação!

Deixamos como futuras oportunidades de pesquisa na área, desdobramento sobre como as políticas são produzidas, quem as escreve? Que interesse há por trás de cada frase do texto da lei. Só assim poderemos demonstrar ao leitor como o sistema político brasileiro é corrupto e, não adianta mudar governo A ou B, este sistema está impregnado na cultura brasileira, o famoso: “jeitinho brasileiro”.

Para finalizar, me parece que há um consenso entre os políticos a nível regional/ nacional que gastos com educação (no próprio sistema de ensino público) não são viáveis. Talvez a não política de investimento em educação seja uma política de privatização de ações.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen. Globalización, mercantilización y privatización: tendencias internacionales en Educación y Política Educativa. **Revista de Políticas Educativas**, v. 22, n. 41, p. 1-17, 2014.

BALL, Stephen. Laboring to Relate: Neoliberalism, Embodied Policy, and Network Dynamics. **PEABODY JOURNAL OF EDUCATION**, v. 92, n. 1, p. 29-41, 2017.

FADUL, É. M. C. Redefinição de espaços e papéis na gestão de serviços públicos: fronteiras e funções da regulação social. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 1, n. 1, p. 55–70, jan. 1997.

MOTTA, V. C. DA.; ANDRADE, M. C. P. DE. O empresariamento da educação de novo tipo e suas dimensões. **Educação & Sociedade**, v. 41, p. e224423, 2020.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6 ed. São Paulo: Editora Atlas S.A. 2008.

HALL, P. A.; TAYLOR, R. C. R. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 58, p. 193–223, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PERONI, Vera Maria Vidal. Múltiplas formas de materialização do privado na Educação Básica Pública no Brasil: sujeitos e conteúdo da proposta. **Currículo sem fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 212-238, jan./abr. 2018.

SANTOS, Marina Silveira Bonacazata; MOREIRA, Jani Alves da Silva. O financiamento e a gestão da EB: a relação entre o público e privado. **Revista retratos da escola**, v. 12, n. 23, p. 333-346, jul./ out. 2018.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologia**, Porto Alegre, ano 8, no 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Non-state actors in education: Who chooses? Who loses?** 2ª ed. 2021.